

*Uma avaliação do mais vulnerável parceiro comunitário na corrida para o Mercado Único de 1992* é o subtítulo escolhido pela conhecida correspondente do *Financial Times* em Lisboa, Diana Smith, para o seu estudo sobre Portugal e o Desafio de 1992, acabado de publicar pelo Camões Center for the Study of the Portuguese-Speaking World da Universidade de Colúmbia.

Com este primeiro estudo, que dá início a uma série de estudos de análise e divulgação sobre o «mundo que fala português», o director, criador e mentor do Camões Center, Kenneth Maxwell, professor da Universidade de Colúmbia e um divulgador da realidade actual portuguesa, apresenta «a mais completa análise de Portugal perante os desafios de 1992», advertindo ainda haver «poucos estrangeiros que conheçam Portugal melhor que Diana Smith. Nos últimos dez anos, enquanto correspondente do *Financial Times*, tem assegurado uma cobertura noticiosa excepcional [...] que, se nem sempre lhe granjeia simpatias em Lisboa, tornou os seus artigos leitura obrigatória nos gabinetes dos banqueiros e investidores na Europa e na América do Norte».

E sempre com alguma expectativa que os nativos enfrentam as bondades de autores estrangeiros, estes geralmente solícitos no bom conselho e aqueles susceptíveis à crítica sobretudo se apoiada em raciocínio frio e inescapável sentido de humor. Primeiro alívio: podemos abordar o texto de Diana Smith sem sobressalto, sem acusar sinto-mas de síndrome por ela definido como «querer agarrar o culpado de campanhas no estrangeiro para denegrir a imagem de Portugal, contra as quais Portugal tem que defender a sua honra», e aceitar com alguma equanimidade o juízo de que este género de ocorrências tende a diminuir conforme «Portugal amadurece a sua percepção do funcionamento do Mundo exterior». Com um pequeno esforço podemos até pôr-nos na pele do financiador e olhar para Portugal como uma oportunidade com apenas aquela dose de risco necessária para tornar o investimento excitante, pois tratar-se-á sempre de apostar em conjunto com todo um povo na capacidade de alterar o seu destino anunciado.

Em 27 páginas, Diana Smith consegue dar, com inteligência, sensibilidade e *penetrantes* observações psicológicas, prólogo e epílogo, um quadro da situação — e porque não repeti-lo, dos desafios que se colocam aos portugueses no caminho da plena adesão à CE, «a superlativa expedição de descobrimento». A jornada para a Europa segue uma rota marcada por grandes mudanças internas, ao contrário das viagens do passado em que os viajantes voltam as costas à sua pátria com as expectativas orientadas para longínquos Eldorados. Longínquo será também o Eldorado que espera os portugueses, chamados a pegarem em si, nas suas instituições, nas percepções que têm de si próprios individual e colectivamente, e do mundo exterior e,

em meia dúzia de anos, recuperar o que no mundo das estatísticas será um quarto de século de atraso, mas na esfera das atitudes poderá datar de séculos: convenhamos na dificuldade de, mesmo no mais feroz optimismo, imaginar dez milhões de portugueses a trabalhar laboriosamente para cumprir prazos, manter quotas de mercado, estar na ponta da inovação tecnológica, escolher fria, atempada e organizadamente as opções que vai ter de tomar a médio ou mesmo a curto prazo... para não serem ultrapassados por estrangeiros?

Diana Smith opta por atribuir responsabilidades aos governantes e decisores que, na sucinta história que traça de Portugal desde o Salazarismo e a guerra colonial até ao actual Governo, aparecem sempre de alguma maneira desligados do povo de heróica paciência. Que este povo, qual homem bom dominado por mulher perversa, se tenha deixado governar de forma autoritária durante cinquenta anos, que em quinze anos não tenha reclamado de forma inequívoca uma maior intervenção na formação da vontade que se traduz na governação, que se limite a esperar por eleições para se pronunciar, que aceite serenamente delegar nas direcções partidárias e sindicais debates e decisões que em tanto afectam o seu quotidiano, que qualquer dos seus filhos que ocupe cargo político passe de imediato a ser objecto das mais violentas projecções da arreigada crença de que poder-igual-a-corrupção, são temas que Diana Smith, na sua bondade, não aprofunda, talvez por poderem ser vistos como insistências neuróticas de uma nação debruçada não sobre o mar mas, de há muito, sobre si própria. Diana Smith argumenta com os efeitos na psique nacional da percepção de que pertencer à CE significa estar em pé de igualdade num mercado forte e próspero de trezentos milhões de cidadãos, e que participar nele plenamente dará acesso ao «carimbo final da respeitabilidade internacional, o porto seguro no fim de uma longa e difícil jornada através de revoltas águas políticas e económicas». A democracia económica a que o Mercado Único obriga terá já provocado uma subtil mudança na percepção que os portugueses têm de si próprios: deixar de ser uma nação irrelevante que vive num limbo para ser um pequeno mas activo membro num clube político-económico da Primeira Divisão só por si estaria a operar pequenos milagres. Acresce que, como membro do clube, Portugal teve acesso a apoios significativos para as suas colossais necessidades financeiras, de infra-estruturas e outras: de facto, a ajuda dos fundos estruturais que nos anos anteriores à adesão somou trezentos milhões de ECU, em 1988 foi de setecentos milhões e em 1989 cerca de um bilião, isto sem contar os programas especiais tipo PEDAP e PEDIP.

«Nunca Portugal teve acesso a um tal leque de oportunidades para melhorar a sua situação», observa Diana Smith, factor cuja compreensão terá sido determinante na alteração da atitude negativa que muitos empresários inicialmente assumiram perante a adesão. A

defesa então feita da expansão para outros mercados, especialmente africanos e latino-americanos esquecia, segundo a autora, que, para além da guerra em Angola, da situação do Brasil «que dança ao som do seu próprio tambor» ou de amizades com a Suécia ou o Japão, nenhuma destas alternativas tinha para oferecer os gigantescos fundos estruturais de que dispunha a CE.

«Cautelosamente, mas com determinação, Portugal aprende a enfrentar o desafio intrínseco à parceria comunitária — partilhar a tomada de decisões, negociar a partir da realidade e não com base em fantasias nacionalistas como acontecia no passado». Um dos efeitos mais imediatos foi e continua a ser a alteração de tom e substância na relação com a Espanha. Depois de séculos de desconfiança e de uns anos pré-adesão no terror de serem devorados pela pujante economia espanhola, os empresários portugueses atacaram o mercado vizinho com notável dinamismo, estabelecendo *até joint ventures* mesmo antes do apagamento das fronteiras de 1992.

A revolução no mercado financeiro é para Diana Smith o acontecimento mais espectacular e, seguramente, mais prenhe *de* efeitos: num período de cinco anos, o sistema financeiro português tornou-se irreconhecível e poderia já ser um mercado não fora o paternalista e controlador Ministério das Finanças. A dinâmica deste sector atrai a nata dos licenciados em economia e gestão: jovens e brilhantes homens e mulheres que não padecem de nenhum dos introvertidos bloqueios de seus pais e avós, inventam um produto por dia e fariam mais se um obcecado Ministério das Finanças não fosse tão relutante em autorizar novas ideias, produtos ou firmas. Diana Smith considera também que, embora a um ritmo diferente, também o sector industrial, mais conservador, está em evolução. «Portugal está em verdadeira transição... Um saudável cepticismo sobre a capacidade dos governos Cumprir as tarefas quotidianas com eficiência, quanto mais operarem milagres, veio substituir a antiga e infantil fé no Estado-Pai. Com o cepticismo veio também uma sede de independência económica, desejo de realização pessoal e profissional e uma vontade de correr riscos empresariais raramente encontrada na Conservadora cena portuguesa.

Lenta mas seguramente vai-se assistindo à erradicação do síndrome autodestrutivo do «INHO», omnipresente no antigo Portugal, pelo qual uma casa era uma *casinha*, um emprego um *empreguinho*, um homem um *homenzinho* cuja mulher era *a mulherzinha* e os filhos os *filhinhos*. A atitude «*vou ter uma empresinha segura, ou um empregozinho garantido e ganhar um ordenadinho, para poder ter uma casinha e um carrinho e uma reformazinha para quando for velhinho*» encontra-se em vias de abandono, muito embora esteja ainda longe de estar ultrapassada.

Burocracia, Sector Público e Dinheiro, as três barreiras na corrida para o Mercado Único

Não podemos deixar de concordar com Diana Smith quando afirma que as manifestações mais paternalistas do síndrome do «INHO» persistem no Governo onde ministros, secretários de estado, directores-gerais e funcionários tendem a olhar a população como um conjunto de *homenzinhos* e *mulherzinhas* sem cérebro e sem feições, incapazes de autodeterminação, trabalho sério ou raciocínio inteligente, uma ressaca do espírito da missão educativa do colonialista... O Estado português enfrenta agora o grave problema de conseguir quadros: paga mal, trata mal. «O funcionalismo público, altamente politizado no que toca a promoções e carreiras, *está* cheio de idosos subdirectores que nunca vão subir mais e cuja única função é despachar com os directores, que despacham com os directores-gerais, que despacham com os subsecretários de estado, que despacham com os secretários de estado, que despacham com o ministro que, se houver sorte, despacha de quinze em quinze dias, enquanto toda a documentação requerendo a aprovação final de sua majestade se acumula em pilhas na secretária antiga e cheia de patine».

A força e dinamismo do sector privado e as pressões de Bruxelas, ameaçam essa hegemonia ministerial. Porém, a burocracia é aquele constante problema que impede o motor de puxar, seja lá qual for a cilindrada. Diana Smith define o problema de forma certa, afirmando que o sistema português, colonialista, napoleónico, com o seu quê de cripto-soviético, sofre da doença de *centralismo didáctico*: «O país é uma democracia na medida em que os seus cidadãos exercem livremente o seu direito de voto e se podem ver livres de uma administração insatisfatória elegendo outra. Mas, democracia no seu sentido mais profundo, pela qual os cidadãos sentem ter possibilidades de livre recurso contra um Estado incompetente e abusador, tem demorado a penetrar em Portugal. Ser ministro em Portugal é ainda ser um mestre plenipotenciário que ilumina as massas atrasadas — sendo que nestas se podem incluir presidentes de bancos ou grandes companhias, CEE, OCDE, FMI, e outros organismos mal informados que ousem contestar figuras ou políticas oficiais. O drama dos excessos burocráticos é uma história de oportunidades empresariais perdidas, escrita por exasperados investidores-em-perspectiva que fogem a sete pés «cansados de ouvir funcionários públicos, que nunca tiveram que gerar um lucro, ensinar-lhes como e onde instalar o seu negócio e que produtos fabricar...»

Com 1992, a capacidade de Portugal vir a ser um pleno e actuante membro da CE ou uma economia periférica dependente da generosidade de Bruxelas mas incapaz de fazer ouvir a sua voz depende muito da capacidade da Administração portuguesa desenvolver uma relação de confiança com os seus cidadãos. Terá de abandonar a noção de que o Estado tem direito a ser o pai disciplinador, o protector financeiro e o professor onisciente.

O sector público, herança da «mais impiedosa tentativa de transformar uma nação europeia capitalista num enclave comunista desde a subjugação soviética da Europa de Leste nos anos 40», é, todos sabemos, o grande papão do orçamento português, ameaçando seriamente a capacidade de Portugal absorver a ajuda comunitária, ou seja, desviar recursos do velho para o novo. Também aqui, e para além das circunstâncias que caracterizam o problema, Diana Smith insere como dificuldade maior o facto de privatizar não ser apenas vender acções para arranjar dinheiro para o Estado, diminuir a dívida, desagrar as pressões inflacionárias, sem deixar que as forças de mercado e a autonomia ao Banco Central ajudem Portugal a saltar o terceiro obstáculo, a oferta de dinheiro.

Privatizar é também, e sobretudo, abrir mão da tutela oficial e dar às novas minorias e maiorias de accionistas uma voz que tenha de ser ouvida pela gestão. Diana Smith considera haver indicadores de que se trata de uma difícil concessão para um Governo que, à semelhança dos seus antecessores, usufruiu da esfera de influência e compadrio oferecida pelo sector público. A complexidade e restrições do processo de privatizações contradizem as afirmações liberalizantes do Primeiro-Ministro: é o Governo, através de decretos e editais hiperdetalhados, que determina os processos, nunca o mercado, deixando a impressão que as autoridades estão mais preocupadas com levantar dinheiro do que com partilhar responsabilidades empresariais e abandonar a tutela do mundo dos negócios.

Para um Ministério das Finanças, cujos onze mil burocratas há setenta anos ponderam e determinam (ou obstruem) os mais ínfimos detalhes da vida económica portuguesa, qualquer renúncia ao controle é uma heresia a ser contrariada enquanto for possível. Enquanto Portugal luta para se modernizar a tempo para 1992, o Ministério, com excesso de peso e numa bolimia de decretos, despachos e editais, caminha para se tornar um símbolo do passado. Em suma, Diana Smith considera que neste prelúdio para 1992, Portugal tem razões para estar optimista, mais ou pelo menos tantas quantas para se preocupar e auto-examinar (construtivamente, indica), advertindo no entanto que a estrada para Bruxelas tem dois sentidos, e que no caminho para lá também tem de ser percorrido um doce murmúrio latino que pode ser bem mais sedutor do que uma rebarbativa reclamação de atenção para o cantinho português.